

## O PROFESSOR DE APOIO E A CRIANÇA COM ESPECTRO AUTISTA: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Maria Eduarda Correa Cáceres<sup>1</sup>  
Raquel Elizabeth Saes Quiles<sup>2</sup>

### Eixo 4 – Práticas educativas, inclusão e formação de professores

**Resumo:** A presente pesquisa tem como tema as contribuições que o professor de apoio pode trazer para uma sala de aula com alunos com Transtorno do Espectro Autista, e qual é o seu papel para o processo de ensino e aprendizagem. O objetivo é discutir a importância e possibilidades de atuação do professor de apoio para o autista. O trabalho foi conduzido como uma revisão de literatura. Também ocorreu a consulta à legislação brasileira no campo da Educação Especial. A busca de produções científicas foi realizada nas bases digitais *Scielo* e *Capes*. Foram selecionados trabalhos publicados entre 2008 e 2021, por serem mais recentes, escritos em língua portuguesa. Dentre os principais desafios no ensino para alunos com Transtorno do Espectro Autista, destacou-se a falta de preparo de muitos professores para a realização desta tarefa. A análise das pesquisas sobre o professor de apoio em salas de aula inclusivas reforçou a importância do investimento em conhecimento especializado, como também os benefícios de sua atuação.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Transtorno do Espectro Autista; Professor de apoio.

### Introdução

A educação inclusiva é um pressuposto da educação contemporânea no Brasil, superando os modelos anteriores de exclusão e integração. Apesar do conceito se referir à educação para todos, não se limitando a apenas um grupo específico, neste artigo a reflexão se volta para o público-alvo da Educação Especial, especificamente as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O estudo foi conduzido de modo a oferecer reflexões para as seguintes questões: quais as contribuições que o professor de apoio pode trazer para uma sala de aula com alunos com Transtorno do Espectro Autista? Qual é o seu papel para o processo de ensino e aprendizagem?

Considerando estas perguntas, o objetivo geral é discutir a importância e possibilidades de atuação do professor de apoio para o autista. A pesquisa foi conduzida como uma revisão de literatura sendo, portanto, bibliográfica. A busca de produções acadêmicas foi realizada nas bases digitais *Scielo* e *Capes*, utilizando os seguintes descritores: “espectro autista”, “professor de apoio” e “educação infantil”. Foram selecionados 11 (onze) trabalhos publicados entre 2008 e 2021, por serem mais recentes, escritos em língua portuguesa, e considerando que a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva foi promulgada em 2008.

Acreditamos que esta pesquisa é relevante para a educação, especialmente o campo da Educação Especial, por se propor a debater sobre um dos profissionais

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

<sup>2</sup> Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

fundamentais para a efetivação da educação inclusiva para estudantes com TEA, o professor de apoio.

### Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O autismo<sup>3</sup> é compreendido como uma fase natural no desenvolvimento do indivíduo pelas teorias psicológicas. O desenvolvimento da criança ao longo do primeiro ano é dividido em três períodos distintos: o primeiro, uma fase de autismo completamente normal; em seguida, uma fase de simbiose, em que o mundo exterior é compreendido como uma extensão do corpo da criança; e, por fim, a fase de individuação-separação, quando a criança se compreende como indivíduo (RIANI; CAROPRESO, 2013).

Na fase autística, a criança alterna momentos de sonolência e satisfação das necessidades, buscando unicamente equilíbrio homeostático fora do útero. Ela não nota nada além do que seu corpo sente e acredita, inclusive, que o que a satisfaz é fruto de sua vontade e imaginação. (RIANI; CAROPRESO, 2013).

A fase simbiótica se inicia por volta do fim do primeiro mês e início do segundo, quando o bebê se funde com a mãe, inicialmente o seio, que é concebido como um prolongamento de seu corpo. Com o tempo, a criança vai percebendo a mãe por completo, e aos poucos vai desenvolvendo a noção do “eu”, que a conduz à fase seguinte. (RIANI; CAROPRESO, 2013).

Por fim, a fase de separação e individuação tem início aos seis meses, em que a criança começa a se identificar como um indivíduo separado da mãe. Aos sete ou oito, começa a diferenciar a mãe das outras pessoas, iniciando a rejeição a estranhos por possuírem características diferentes da mãe. (RIANI; CAROPRESO, 2013).

No caso das crianças com TEA esse desenvolvimento ocorre de forma diferente, com os elementos da fase autística se mantendo duradouros. Isso tem relação, inclusive, com a origem do termo “autista”, no grego *autos*, com o significado de “em si mesmo”. A palavra autista foi utilizada pela primeira vez no ano de 1943, pelo pesquisador Dr. Leo Kanner, que investigava crianças que apresentavam características peculiares, como: resistência à mudança em sua rotina e dificuldades no relacionamento com outros indivíduos. Essas crianças se encontravam sempre isoladas. (SANTOS, 2008).

Conforme Klin (2006), os desequilíbrios que a criança com TEA experimenta são identificados até pelo menos seus três anos de idade, de modo que alguns são amenizados com o tempo. De todo modo, 70% das pessoas com este transtorno sofrem de algum tipo de *déficit* cognitivo na idade adulta e ao longo de suas vidas.

A Teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), de Vygotsky (1994), ressalta a importância do contato com o meio e com outros indivíduos para o desenvolvimento. Trata-se de uma referência que possibilita uma visão multidirecional, dialógica e não-etnocêntrica. As interações que a criança vivencia em seu ambiente cultural resultam na criação de áreas que possibilitam o seu desenvolvimento.

Entende Vygotsky (1994) que a ZDP é um parâmetro para a avaliação da metodologia pedagógica e seus resultados, uma vez que permite comparar o desenvolvimento da criança conforme ela se torna capaz de superar desafios e solucionar problemas sem ajuda, com o seu desenvolvimento potencial – seu amadurecimento e outras funções psicológicas.

A ZDP traz a conclusão, portanto, de que o aprendizado é resultado de um trabalho em conjunto, conforme a pessoa mais experiente auxilia a criança, promovendo divertidos

---

<sup>3</sup> Autismo é o termo mais comumente usado para a condição discutida nesta pesquisa. Ele se caracteriza, na academia, como TEA por ter diferentes níveis e graus, variando de indivíduo para indivíduo. Por isso o termo “espectro” é utilizado.

tipos de desafios e atividades que demandam soluções (VYGOTSKY, 1994). Assim, destaca-se a importância da socialização e educação de crianças que possuem TEA, garantindo o seu pleno desenvolvimento.

A educação inclusiva é um paradigma, na atualidade, que se baseia na aceitação das diferenças, na escola comum, entendida como um direito de todos. A adoção do processo educacional inclusivo impulsionou diversas discussões, de maneira a determinar como converter uma sociedade preconceituosa com os indivíduos significativamente diferentes e, ainda, como adequar as instituições educacionais para recepcionarem apropriadamente esses estudantes. (MENDES, 2010).

Um dos profissionais que devem atuar nas escolas comuns, na perspectiva da educação inclusiva, é o professor de apoio, que deve ser habilitado como especialista na Educação Especial, prestando atendimento ao aluno que precise de apoio contínuo e intenso, de modo a garantir a sua participação e contribuir no seu processo de aprendizagem, assunto da próxima seção.

### **A atuação do professor de apoio e a criança com TEA**

Conforme aponta o artigo 3º, parágrafo único, da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o acompanhamento especializado é um direito da pessoa com autismo:

Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado. (BRASIL, 2012, p. 1).

Diante deste fato, diversas instituições adotam um professor específico em sala para atender a criança autista ou com outra necessidade específica. Embora essa seja uma opção possível, é preciso ter cuidado para isso não significar a segregação da criança, já que, se vista como diferente por parte dos colegas, realizando atividades de forma isolada e em tempo diferente, ela será pouco incentivada a interagir com a turma. (SANTOS, 2008). Neste sentido, é fundamental que o professor de apoio realize um trabalho coletivo com o professor regente.

Uma alternativa bastante difundida, inclusive no Brasil, é a adoção de mais de um educador em sala de aula. Essa solução é viável pois, neste caso, com dois educadores, a criança com autismo não terá um professor só para ela o tempo todo, e precisará trabalhar junto a seus colegas e superar os desafios por meio de interações com eles e com os professores. (LUIZ *et al*, 2008). Este modelo promove grande repercussão no processo inclusivo, produzindo forte motivação no estudante em interagir a fazer parte das atividades da classe, empenhando-se junto das outras crianças.

Um plano para fomentar a independência da criança com autismo pode ser delineado com a orientação de educadores e assistentes, de modo a evitar a formação de um relacionamento de superproteção, o que pode ser danoso para seu crescimento. Em muitas situações, é difícil se prevenir esses exageros, ficando a cargo do educador e dos familiares dos estudantes ficarem atentos. (MENDES, 2010).

De todo modo, apenas proporcionar o suporte do professor de apoio não garante o sucesso na inclusão da criança com autismo. Deve-se investir em sua formação e na capacitação do professor regente da classe, garantindo assim a sua compreensão sobre o tipo de metodologia que deve adotar e uma maior sinergia com o professor de apoio e suas dinâmicas. (LUIZ *et al.*, 2008).

A revisão de literatura realizada neste estudo permitiu concluir que o professor de apoio não é apenas um direito da criança com autismo, mas também uma ferramenta de grande valia para a sua interação e vivências com os colegas, especialmente diante da falta de preparo dos educadores de escolas regulares comuns para que possam conduzir o processo de educação inclusiva.

Ressalta-se, entretanto, que não foram encontrados muitos estudos a respeito da atuação do professor de apoio com crianças autistas, o que indica a importância de mais pesquisas sobre o tema. O desenvolvimento de estudos nesse campo fornecerá base teórica para o alinhamento das diretrizes na atuação deste profissional.

Sendo o desenvolvimento físico, intelectual e da personalidade um direito da criança com TEA, e a educação inclusiva uma realidade em processo de construção no Brasil, deve-se investir no professor de apoio para aprimorar o ensino e aprendizagem da criança autista. A escola é fundamental para o desenvolvimento dessas crianças e o professor de apoio é relevante neste contexto, devendo haver maiores investimentos para que ele seja presença constante nas escolas inclusivas.

### Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo discutir a importância e possibilidades de atuação do professor de apoio para o autista. Dentre os principais desafios no ensino para alunos com TEA, destacamos a falta de preparo de muitos professores para a realização desta tarefa. Por isso, deve-se fomentar a atuação do professor de apoio em sala de aula, em suporte ao professor regente, dividindo com ele as tarefas e auxiliando na atenção ao aluno autista e em sua inclusão.

A análise dos estudos sobre o professor de apoio em salas de aula inclusivas reforçou a importância do investimento em conhecimento especializado, como também os benefícios de sua atuação. Contudo, a busca na literatura resultou em poucos achados sobre o tema, denotando que é fundamental o fomento em mais pesquisas na área, a fim de se produzir conhecimento e nortear o planejamento da colaboração entre o professor regente e o professor de apoio na inclusão de alunos com autismo.

### Referências

BRASIL. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm)>. Acesso em: 5 ago. 2022.

KLIN, Ami. Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 28, n. 1, p. 3-11, 2006.

LUIZ, Flávia Mendonça Rosa e; BORTOLI, Paula Saud de; FLORIA-SANTOS, Milena; NASCIMENTO, Lucila Castanheira. A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 14, n. 3, p. 497-508, 2008.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão Marco Zero: começando pelas creches.** Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.

RIANI, Anna; CAROPRESO, Fatima. O desenvolvimento psíquico precoce e o risco de psicose de uma perspectiva psicanalítica. **Mental**, v. 10, n. 19, p. 249-265, 2013.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano dos. **Autismo:** Desafios na Alfabetização e no convívio escolar. São Paulo: Centro de Referência em Distúrbio de Aprendizagem – CRDA, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.